

Explodiram em Brasília — a zona franca da estatização — dois petardos de alto poder demolidor, durante a solenidade de posse dos conselheiros da União Brasileira de Empresários. Os empresários Antônio de Oliveira Santos e Antônio Ermírio de Moraes exprimiram um estado de espírito vivido com aflição por toda a sociedade brasileira. As duas vezes, sincronizadas pela oportunidade nacional, se levantaram com veemência para alertar sobre a inflação e sua próxima consequência, a recessão econômica já à vista.

O presidente da Confederação Nacional do Comércio foi severo — e não podia ser de outro modo — na crítica ao Executivo por omissão e à Constituinte, por não ter mãos a medir em matéria de propostas impraticáveis. O empresário Antônio Ermírio de Moraes, presidente do maior grupo industrial privado do Brasil, a Votorantin, deu vazão política ao sentimento geral ao pedir aos burocratas que “deixem a iniciativa privada em paz”. E clamou por eleições presidenciais “o mais depressa possível”.

Os dois alvos foram atingidos ao mesmo tempo: o Executivo, pela sua confessada incapacidade de agir em defesa da sociedade com medidas “domésticas” contra a inflação; a Constituinte, pela incapacidade de entender que a pretensão demagógica das *garantias onerosas* é uma bomba de efeito retardado, que vai explodir no pior momento da transição, quando se decidem questões de princípio para a economia e a política.

De nada adianta um conjunto de medidas sociais no papel, como a estabilidade de emprego, as indenizações dobradas e triplicadas, o exorbitante custo das horas extras. Podem ser eleitoralmente viáveis para uns poucos, mas o mais certo é que dinamitem o processo econômico e que a explosão leve pelos ares todos os projetos políticos irresponsáveis. A prova de que os constituintes pensam em seus interesses políticos com prioridade está em mais uma derrota dos distritos eleitorais. A Comissão de Sistematização descartou mais uma vez a única oportunidade para este país se salvar pela autenticidade política, pelo voto distrital. Os males da sua falta estão aí, à vista de todos, na manipulação esquerdista das comissões da Constituinte, para impedir a maioria de predominar nas votações. Assim é demais.

O voto proporcional é apenas um eufemismo

que, em nome das minorias, faz o jogo exclusivo de uma esquerda em permanente fase minguante. Ora, democracia é, em primeiro lugar, a expressão da vontade da maioria, e só depois é que cuida de minorias. A Constituinte contribui para aumentar a crise de confiança com os absurdos demagógicos que ameaçam o alinhamento social e econômico da futura Constituição brasileira.

Fizeram bem os empresários que levantaram a voz como advertência a uma nação ansiosa de ouvir argumentos sensatos. Ser contra a estatização econômica, impingida por prepotência e autoritarismo à sombra da confiança democrática, não é fazer política nem opor-se ao governo. Foi por esse aspecto deplorável que o Brasil chegou ao reconhecimento do sistema parlamentar de governo como uma etapa superior capaz de equacionar corretamente as dificuldades políticas e econômicas. Depois de um período de governo que — por ser de transição — se recusa a decidir, e demora excessivamente a assumir responsabilidades, para logo voltar atrás e desdizer-se, o sistema parlamentar aparece como a solução.

A nação está exausta de uma transição política que se tornou crônica e que realimenta seus impasses como forma de prover sua falta de resolução. Quando se vê o governador de Minas demitir quatro secretários de Estado, para modificar a composição dos votos da bancada mineira, em retribuição a favores do Executivo que só pensa em manter o sistema de governo e em prolongar o seu mandato, é inevitável a conclusão de que há algo de podre na nova república. Os constituintes são representantes do eleitorado, e não do governador de Minas. O governador Newton Cardoso há pouco foi pedir ao Senado a ajuda para rolar uma dívida que, ao dar mais uma volta sobre seu prazo, não se pagará com a subserviência. Da próxima vez ele verá que a vida pública não pode descer a tão baixo nível que obrigue a usar luvas de borracha.

Alguém precisa falar neste momento. É mais que tempo de se abrir à reflexão de toda a nação o acervo de equívocos constituintes e de omissões executivas. A inflação aperta o cerco e tem como aliada a recessão, com o seu exército de desempregados. Ou a sociedade amadurece rapidamente as soluções corretivas, ou se abrirá um período de improvisações que não estavam na ordem natural das previsões políticas.